

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DAS TERRAS DE SANTA MARIA

Anúncio n.º 23/2005 (2.ª série) — AP. — Faz-se público, em cumprimento do disposto do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, que se encontra afixada em local apropriado a lista de antiguidade dos funcionários desta Associação de Municípios, aprovada em reunião realizada a 31 de Março de 2005.

31 de Março de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *M. Castro Almeida*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

Aviso n.º 3068/2005 (2.ª série) — AP. — Nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, conjugado com o n.º 1 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, torna-se público que esta Câmara Municipal prorrogou, por mais 12 meses, a duração do contrato de trabalho a termo certo, celebrado com José Manuel Fernandes Cachopo, com a categoria de auxiliar de serviços gerais, com início a 1 de Abril de 2005.

1 de Abril de 2005. — O Presidente da Câmara, *Manuel Rogério de Sousa Brito*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCANENA

Aviso n.º 3069/2005 (2.ª série) — AP. — Luís Manuel da Silva Azevedo, presidente da Câmara Municipal de Alcanena:

Nos termos do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, faz público que as contratadas mencionadas em epígrafe rescindiram o contrato a termo certo que tinham celebrado com esta autarquia, pelos motivos que se invocam:

Nancy Marques Rodrigues, tendo em vista o ingresso na carreira técnica superior, precedido de estágio; e
Sara Alexandra Duarte Henriques, tendo em vista ir leccionar.

18 de Março de 2005. — O Presidente da Câmara, *Luís Manuel da Silva Azevedo*.

Aviso n.º 3070/2005 (2.ª série) — AP. — Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e n.ºs 2 e 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que esta Câmara Municipal celebrou contrato de trabalho a termo resolutivo certo, ao abrigo do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, aplicado à administração local pela Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com:

Fernando de Jesus Mateus — auxiliar dos serviços gerais, com início em 15 de Dezembro de 2005 e com o vencimento de 397,22 euros.
Patrícia Isabel dos Santos Pires Salvado — técnico de línguas e literaturas modernas, com início em 16 de Março de 2005 e com o vencimento de 705,23 euros.

Nuno Miguel Pereira Henriques — técnico profissional de animação desportiva, com início em 22 de Fevereiro de 2005 e com o vencimento de 631,15 euros.

Rute Isabel Fernandes Rodrigues — técnico profissional de animação cultural, com início em 25 de Fevereiro de 2005 e com o vencimento de 631,15 euros.

Rui Miguel Lopes Tristão — animador espaço internet, com início em 1 de Março de 2005 e com o vencimento de 729,71 euros.
Maria Manuela Gomes Cruz Rito Almeida — animador espaço internet, com início em 1 de Março de 2005 e com o vencimento de 729,71 euros.

António José Lopes Mota — auxiliar dos serviços gerais, com início em 8 de Março de 2005 e com o vencimento de 405,96 euros.

22 de Março de 2005. — O Presidente da Câmara, *Luís Manuel da Silva Azevedo*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

Aviso n.º 3071/2005 (2.ª série) — AP. — Torna-se público que foi renovado o contrato a termo certo ao abrigo do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na re-

dação dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, tendo aquele sido aplicado à administração local por força do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, celebrado com Tânia Raquel Silvestre Esteves, assistente administrativo, índice 199, até 14 de Setembro de 2005. [Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

29 de Março de 2005. — O Presidente da Câmara, *Álvaro Joaquim Gomes Pedro*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Aviso n.º 3072/2005 (2.ª série) — AP. — Em cumprimento do disposto da alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, se torna público que foi rescindido o contrato de trabalho a termo certo, celebrado com Celma Cristina da Silva Couraceiro, a exercer funções de técnico superior de 2.ª classe da área de organização e gestão, por ter ingressado no quadro de pessoal desta autarquia em 10 de Fevereiro de 2005.

14 de Março de 2005. — O Presidente da Câmara, *António Luís Machado Olaio*.

Aviso n.º 3073/2005 (2.ª série) — AP. — *Abertura do procedimento de elaboração de plano de pormenor.* — Torna-se público que, nos termos do disposto nos artigos 6.º, 74.º e 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, a Câmara Municipal de Alfândega da Fé deliberou, em sua reunião do dia 28 de Março de 2005, determinar a elaboração do Plano de Pormenor do Bairro Residencial de Iniciativa Municipal, o qual assume a modalidade simplificada resultante da articulação das alíneas a), b) e e) do n.º 2 do artigo 91.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

O plano de pormenor, a elaborar no prazo de seis meses, tem por objectivo a urbanização de uma área na entrada sul da sede do concelho, constituindo uma zona residencial que servirá de apoio à dinâmica sócio-económica em curso e que se traduz pela política de fixação e atracção populacional empreendida pelo município de Alfândega da Fé.

Mais se torna público que durante o período de 30 dias a contar da publicação deste aviso no *Diário da República*, 2.ª série, os interessados poderão formular sugestões, bem como apresentar informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de elaboração.

30 de Março de 2005. — O Presidente da Câmara, *João Carlos Pontes Figueiredo Sarmento*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALJEZUR

Aviso n.º 3074/2005 (2.ª série) — AP. — *Celebração de contrato de trabalho a termo resolutivo certo.* — Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por meu despacho datado de 23 de Março de 2005, na sequência do processo de selecção, elaborado nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, determinei celebrar contrato de trabalho a termo resolutivo certo com António Henrique Pacheco Silva e Pedro Miguel Marreiros Carrasquinho, pelo período de um ano, eventualmente renovável, com início a 1 de Abril de 2005, para desempenharem as funções de motoristas de transportes colectivos, mediante a remuneração mensal de 555,03 euros.

28 de Março de 2005. — O Presidente da Câmara, *Manuel José de Jesus Marreiros*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Aviso n.º 3075/2005 (2.ª série) — AP. — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, torna-se público que as listas de antiguidade dos funcionários deste município se encontram afixadas no edifício dos Paços do Concelho e demais locais de trabalho.

De acordo com o artigo 96.º do referido diploma, da organização das listas cabe reclamação, a deduzir no prazo de 30 dias seguidos, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

29 de Março de 2005. — O Presidente da Câmara, *José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALVITO

Aviso n.º 3076/2005 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos se torna público que foram renovados, por mais seis meses, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005, os contratos de trabalho a termo certo celebrados com os trabalhadores Nuno Alexandre Silveira Lima, com a categoria de técnico de 2.ª classe — área de ciências sociais, e Verónica de Jesus Beijudo Piteira Calvário, com a categoria de auxiliar administrativo.

23 de Março de 2005. — O Presidente da Câmara, *António Paiva*.

Aviso n.º 3077/2005 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos se torna público que foi renovado, por mais seis meses, com efeitos a partir de 3 de Maio de 2005, o contrato de trabalho a termo certo celebrado com o trabalhador Pedro Lobato Cortesão de Magalhães Claro, com a categoria de técnico superior de 2.ª classe — arquitecto.

28 de Março de 2005. — O Presidente da Câmara, *António Paiva*.

CÂMARA MUNICIPAL DE AMARANTE

Aviso n.º 3078/2005 (2.ª série) — AP. — Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada no edifício dos Paços do Município a lista de antiguidades dos funcionários do quadro privativo desta autarquia.

O prazo de reclamação é de 30 dias a contar da publicação do presente aviso, conforme determina o n.º 1 do artigo 96.º do citado diploma.

18 de Março de 2005. — O Vice-Presidente da Câmara, *Acácio Carlos Silva Magalhães*.

CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO

Aviso n.º 3079/2005 (2.ª série) — AP. — Torna-se público a denúncia do contrato trabalho a termo certo, nos termos do artigo 447.º do Código do Trabalho (Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto), na categoria de técnico superior de 2.ª classe — estagiário (ciências da comunicação), com Bruno Ramos Dias e com efeitos a 10 de Março de 2005.

22 de Março de 2005. — O Presidente da Câmara, *Emídio Xavier*.

Aviso n.º 3080/2005 (2.ª série) — AP. — Torna-se público que, nos termos do disposto no artigo 447.º, n.º 3, do Código do Trabalho foi aceite o pedido de denúncia do contrato de trabalho, celebrado com João Alexandre L. Silva Batista, na categoria de operário qualificado — pintor, com efeitos a 14 de Abril de 2005.

22 de Março de 2005. — O Presidente da Câmara, *Emídio Xavier*.

CÂMARA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Aviso n.º 3081/2005 (2.ª série) — AP. — *Contratação a termo certo.* — Para efeitos do disposto na alínea b) do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, torna-se público que, por deliberação de Câmara na sua reunião de 21 de Março de 2005, foram celebrados contratos de trabalho a termo certo, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com os seguintes trabalhadores:

Francisco António Chitas Rego — electricista, pelo prazo de um ano, a iniciar no dia 22 de Março de 2005, e termo no dia 21 de

Março de 2006, podendo ser renovado por iguais períodos até ao limite máximo de três anos, com a remuneração de 450,37 euros, a que corresponde o escalão 1, índice 142, acrescido de subsídio de refeição no valor de 3,83 euros/dia.

Vitor Manuel da Costa e Silva — electricista, pelo prazo de um ano, a iniciar no dia 22 de Março de 2005, e termo no dia 21 de Março de 2006, podendo ser renovado por iguais períodos até ao limite máximo de três anos, com a remuneração de 450,37 euros, a que corresponde o escalão 1, índice 142, acrescido de subsídio de refeição no valor de 3,83 euros/dia.

[Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 3, alínea g), do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

23 de Março de 2005. — O Presidente da Câmara, *António José Ganhão*.

Aviso n.º 3082/2005 (2.ª série) — AP. — *Rescisão de contrato a termo certo.* — Em conformidade com a alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por mútuo acordo e nos termos dos artigos 393.º e 394.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, aplicáveis por força do artigo 2.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, foi revogado o contrato de trabalho a termo certo com Jorge Miguel Ventura Santinho — apontador, escalão 1, índice 146, com efeitos a partir de 1 de Março de 2005, inclusive.

23 de Março de 2005. — O Presidente da Câmara, *António José Ganhão*.

Aviso n.º 3083/2005 (2.ª série) — AP. — *Contratação a termo certo.* — Para efeitos do disposto na alínea b) do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, torna-se público que, por deliberação de Câmara na sua reunião de 28 de Março de 2005, foram celebrados contratos de trabalho a termo certo, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com os seguintes trabalhadores:

Aníbal Ferreira Paulino — asfaltador, pelo prazo de um ano, a iniciar no dia 29 de Março de 2005, e termo no dia 28 de Março de 2006, podendo ser renovado por iguais períodos até ao limite máximo de três anos, com a remuneração de 450,37 euros, a que corresponde o escalão 1 índice 142, acrescido de subsídio de refeição no valor de 3,83 euros/dia.

José Carlos Nunes Ferreira — asfaltador, pelo prazo de um ano, a iniciar no dia 29 de Março de 2005, e termo no dia 28 de Março de 2006, podendo ser renovado por iguais períodos até ao limite máximo de três anos, com a remuneração de 450,37 euros, a que corresponde o escalão 1, índice 142, acrescido de subsídio de refeição no valor de 3,83 euros/dia.

[Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 3, alínea g), do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Março de 2005. — O Presidente da Câmara, *António José Ganhão*.

CÂMARA MUNICIPAL DA CALHETA (MADEIRA)

Aviso n.º 3084/2005 (2.ª série) — AP. — Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara, foram renovados, por mais seis meses, a partir de 26 de Abril de 2005, os contratos de trabalho a termo certo com os cantoneiros João Pedro Sardinha Dionízio e José Albino Rodrigues Cabral.

23 de Março de 2005. — O Presidente da Câmara, *Manuel Baeta de Castro*.